

**Sentido e enunciação: a atualidade do conceito
de acontecimento na Semântica**

Meaning and enunciation: an updating notion
of “event” in Semantics

Luiz Francisco DIAS*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG/BRASIL

RESUMO

Abordamos neste estudo o conceito de acontecimento e sua importância para a compreensão do sentido na linguagem. Para isso, fizemos uma leitura crítica da definição de acontecimento presente em um texto de O. Ducrot, publicado na década de 1980. A seguir, apresentamos os fundamentos de uma abordagem da enunciação linguística na qual o conceito de acontecimento é atualizado no funcionamento do discurso. Concluímos que ele é ainda fundamental para o desenvolvimento dos estudos da significação.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica. Enunciação. Significação.

*Sobre o autor ver página 248.

ABSTRACT

The concept with which we approach in this study concerns the notion of “event” and its importance for the understanding of meaning within Language. For that, we made a critical analyses of the definition of the notion of “event” through a text by O. Ducrot, published in the 1980s. We present below the foundations of a perspective that permeates the linguistic-enunciation operation whose concept of “event” is updated in its discursive functioning. We conclude that this is still crucial for the development of studies related to issues of meaning.

KEYWORDS: Semantics. Enunciation. Meaning.

1 Introdução

Oswald Ducrot, linguista francês contemporâneo, tem sido um dos principais pensadores da significação na linguagem. Vários dos conceitos que fundamentam o campo de estudos do sentido nasceram dos seus escritos, publicados desde o final da década de 1960, como pressuposição, polifonia, acontecimento, e o próprio conceito de enunciação, que se torna fundamental para a fundação de um recorte de estudos nesse campo que foi denominado no Brasil de Semântica da Enunciação.

Neste estudo, vamos explorar o conceito de acontecimento enunciativo associado à concepção de *realização*, da forma como aparecem em um texto de Ducrot, publicado em 1984. Segundo ele, dessa associação nasceria o sentido na linguagem. Na exploração desse conceito e da associação com a concepção de realização, vamos imprimir um olhar crítico para o modo de concepção do enunciado desenvolvido por Ducrot naquela época. No entanto, vamos ressaltar a relevância de aspectos desse modelo teórico da década de 1980, tentando atualizar aquilo que nos parece decisivo para a identidade do recorte de estudos constituído pela semântica da enunciação, incluindo-se o termo “acontecimento”, tão caro para esse recorte de estudos.

A partir do olhar crítico apresentado nas duas primeiras partes do texto, vamos apresentar os traços de uma perspectiva de estudos que vimos desenvolvendo na última década, com os fundamentos em

Guimarães (1995; 2005), no intuito de trazer o conceito de acontecimento enunciativo para um quadro de abordagem do sentido que acreditamos possa vir a contribuir de forma mais consistente para o conhecimento da significação na linguagem, como também para o conhecimento de aspectos do funcionamento das articulações gramaticais da língua portuguesa.

2 Realização linguística e acontecimento enunciativo: fundamentos iniciais

Em um texto destinado a discutir os fundamentos da enunciação, Ducrot (1984) produziu uma reflexão produtiva para a linguística no que se refere à significação em língua. Mesmo que lemos em consideração os cerca de 30 anos desde a sua publicação, pelo menos parte do pensamento de Ducrot apresentado naquele texto ainda nos convida a desenvolver uma reflexão mais acurada, no sentido de compreender melhor a significação no âmbito dos estudos enunciativos. O ponto de partida básico do pensamento de Ducrot, da forma como ele se apresentava na década de 1980, é o de que a significação é concebida na instância em que uma estrutura linguística é exposta à sua realização. Por sua vez, também em se tratando de significação, ele não concebe uma análise das realizações discursivas desvinculada das regularidades relativas às categorizações linguísticas.

O centro da questão estaria na concepção de “realização linguística”, que não tinha sido bem formulada até aquele momento, no seu entendimento. A formulação adequada dessa concepção é essencial para o desenvolvimento do conceito de acontecimento, o qual se assenta como um dos pilares teóricos da vertente dos estudos da significação que no Brasil é conhecida como Semântica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento¹. Ducrot admite três possibilidades de se conceber a realização de uma “entidade linguística”².

¹ Para uma visão panorâmica do desenvolvimento dos dois conceitos no Brasil, veja Ferreira (2012).

² Naquele momento do desenvolvimento do pensamento de Ducrot, “entidade linguística” era concebida como uma construção abstrata de língua, uma sequência de palavras construída segundo regras da língua (DUCROT, 1984, p. 368), isto é, uma frase abstraída das suas condições de uso.

A primeira é relativa à apreensão da palavra “realização” como resultado. Nessa acepção, no plano da biografia de um homem público, diríamos que a principal realização de um suposto engenheiro João da Silva foi o suposto Edifício José dos Reis, no contexto em que se fala dos resultados do seu trabalho numa determinada cidade brasileira. Na órbita da linguística, a realização é configurada pelas sequências de língua efetivamente produzidas e apreendidas pelos sentidos da visão e da audição, associadas a um determinado falante. Nos termos de Ducrot (1984, p. 368), trata-se de uma “sequência sonora ou gráfica que apareceu em um ponto específico no tempo e no espaço”.

A segunda concepção de “realização” remete às atividades que levam à consecução de um produto. No plano da engenharia, diríamos que a realização da obra concernente ao suposto Edifício José dos Reis envolveu quatro etapas. No âmbito dos estudos da linguagem, o termo remete ao processo de produção das sequências de língua, concebida do ponto de vista das atividades mentais e físicas acionadas pelo falante. Mais especificamente, segundo Ducrot (1984, p. 369), trata-se da “atividade psicofisiológica que conduziu o locutor a dizer aquilo que disse, e cujo produto são as palavras, pronunciadas ou escritas”.

Essas duas primeiras acepções só apresentariam interesse para a semântica quando associadas à terceira concepção.

A terceira possibilidade de se conceber o termo em causa adquire pertinência direta aos estudos da significação. Nesse âmbito, de acordo com Ducrot, “realização” é o acontecimento que constitui a aparição de “algo que foi realizado”.

No plano da arquitetura e do urbanismo, tomaríamos realização como acontecimento a própria presença do edifício no plano urbano, observando-se o seu impacto visual (tendo em vista o cenário anterior a ele); a relação de vizinhança com os edifícios limítrofes constituída a partir da sua presença; a diferença ou semelhança que ele apresenta com os outros edifícios dadas as características arquitetônicas predominantes no bairro ou na cidade; e assim por diante.

O acontecimento linguístico é compreendido, pois, como o aparecimento do enunciado, como a “sua erupção num lugar determinado da história” (DUCROT, 1984, p. 379). A história é concebida aqui de uma forma linear, como uma cadeia de elementos, e a “erupção” de um acontecimento linguístico implica em uma marcação nesta cadeia. É nessa concepção que um acontecimento linguístico é um acontecimento histórico. O sentido do enunciado é revelador quanto a sua inserção na história, uma vez que, quando falamos ou escrevemos, manifestamos algo sobre esse acontecimento, sobre as coordenadas do tempo e do espaço do dizer: “não se pode falar sem se falar da sua própria fala – o que equivale a afirmar que aquilo que se diz tem como elemento constituinte uma certa qualificação do dizer” (DUCROT, 1984, p. 379). A enunciação é, pois, um acontecimento tendo em vista que o enunciado é uma materialidade concebida nas coordenadas históricas que permite a ele existir como fenômeno socialmente pertinente.

O verbo “realizar”, que se situa na base do substantivo “realização”, é indicativo de algo que se apreende tendo em conta a sua efetividade. Com vistas a essa efetividade da linguagem, focaliza-se no fato do seu surgimento. Um objeto linguístico surge quando ele se insere na “sucessão dos fenômenos”, indica Ducrot (1984, p. 369). Portanto, pela tese de Ducrot, há algo a ser observado nas construções linguísticas que desvela a sua natureza histórica, isto é, demonstra que uma dada construção em língua foi percebida como existente dada as indicações sobre a relação entre uma anterioridade e uma posterioridade dessa construção.

Isso imprimiria o caráter histórico de algo enunciado, a saber, o fato de que esse enunciado adquiriu uma singularidade nessa relação, frente a sua inserção na sucessão dos fenômenos.

3 Um enunciado singelo: primeiro olhar

Vamos tomar um enunciado dos mais singelos e corriqueiros para abordar o conceito de acontecimento relacionado à questão da “sucessão

dos fenômenos”, no sentido de explorar mais detidamente a relação entre uma anterioridade e uma posterioridade. Trata-se do enunciado “Pedro quebrou a porta”.

Na abordagem adotada por Ducrot, o estudo da significação afasta-se de uma visão referencialista³ ao acolher os fatos da enunciação como pertinentes para a análise semântica. Sendo assim, o enunciado em pauta adquire um lugar na história, isto é, torna-se um acontecimento, tendo em vista diversas possibilidades, tais como:

- a) Situações de pressa perturbam Pedro.
- b) As entradas desta residência estão frágeis.

Dessa maneira, o enunciado nasce ao se posicionar frente a um estado de coisas, que se configura como a **anterioridade** que o sustenta. A perturbação de Pedro pela situação de pressa e a fragilidade das entradas da residência são representações de dois “estados de coisa” concebidos como anterioridades possíveis para o enunciado em pauta.

Por outro lado, ainda na perspectiva da “sucessão dos fenômenos”, o enunciado em pauta, tendo em vista o seu posicionamento frente ao estado de coisas anterior, produz condições para uma intervenção nesse quadro, na medida em que se apresenta como passível de uma percepção posterior, como consequência desse posicionamento. Dessa maneira, a título ilustrativo, podemos vislumbrar, como perspectivas de conclusões passíveis de serem enunciadas a partir daquele enunciado:

- a1) Pedro se irrita facilmente.
- b1) A segurança nesta residência está deficiente.

Essas possibilidades de sequenciação são amostras do funcionamento do enunciado “Pedro quebrou a janela”, tendo em vista perspectivas do

³ Numa abordagem referencialista, o enunciado em pauta pode ser apreendido como representante de um modelo no qual um indivíduo X, que se chama “Pedro”, executa uma determinada ação, que é a de “quebrar”, tendo como alvo dessa ação o objeto “porta”. Uma semântica de caráter referencialista poderia buscar nesta frase uma constante que estivesse refletindo também em outras frases, e, a partir daí, configurar determinado padrão de significação a partir de predicados de ação. Esse modo de conceber a semântica não considera a enunciação, isto é, as perspectivas de acontecimento que podem se agregar constitutivamente ao enunciado em questão.

seu acontecimento, na relação com uma **posterioridade** que ele aponta. Isso é concebido na sua constitutividade enunciativa, e não numa mera perspectiva dialógica.

Por sua vez, em “Francisco foi capaz de afirmar isso”, o foco está diretamente voltado para o impacto do dizer de Francisco. Tematiza-se com esse enunciado a própria enunciação de Francisco, isto é, o impacto de um enunciado de Francisco na sucessão dos fenômenos. Ele acentua, pois, a relação que um enunciado manteve com o quadro situacional da anterioridade, preparando, por sua vez, uma conclusão mais incisiva no quadro de posterioridade.

Portanto, na perspectiva de Ducrot, a significação de um enunciado não teria uma relação direta com algo que poderíamos vislumbrar como “informação”, como referência a objetos de um campo de referentes no mundo. A significação do enunciado seria relativa à inserção dele em um estado de coisas anterior tendo em vista o impacto na sua captação posterior. Concebida dessa maneira, a inserção do enunciado na sucessão dos fenômenos reforçaria para Ducrot a tese de que a argumentação está na base da significação. Um enunciado acontece/realiza na medida em que adquire interesse na relação entre um dizer sobre algo já constituído, com vistas a criar um impacto nos dizeres outros, enunciáveis a partir desse enunciado. Dessa maneira, a enunciação é a apreensão de um enunciado na sua condição de acontecimento, tendo em conta a sua inserção na sucessão dos fenômenos, tanto do ponto de vista da **anterioridade que sustenta** esse enunciado quanto do ponto de vista da **posterioridade para a qual aponta**.

No âmbito desse quadro, tendo em vista que qualquer enunciado é concebido na sua enunciação, haveria necessidade de um conceito no qual a argumentação pudesse ser concebida a partir dos seus traços formais. O conceito de frase aparece então como mais adequado para isso naquele estágio do modelo teórico. Assim sendo, a frase seria o “material linguístico de que o locutor se serviu” para realizar um enunciado. Ela é concebida não no sentido “concreto”, como uma sequência linguística específica, mas uma entidade abstrata, um esquema gramatical, derivado

de uma língua apreendida no seu potencial de articulação, e não nas articulações em si mesmas. O enunciado, por sua vez, seria cada uma das efetivações desse potencial de articulação que a frase traz da língua. Dessa maneira, afirma Ducrot (1984, p. 369), “poderá então dizer-se que a mesma frase deu lugar a diversos enunciados, mas nunca poderemos afirmar que alguém repetiu várias vezes o mesmo enunciado”. Concebida dessa maneira, a argumentação acha-se assentada num nível fundamental, nos esquemas gramaticais de que o locutor lança mão para a produção dos enunciados. No nível da frase, teríamos um “conjunto de instruções” de significação a partir das quais, tendo em vista a situação de enunciação, constitui-se um conteúdo nos enunciados, considerados como realizações espaço-temporais da frase. (DUCROT, 1984, p. 374).

Passados cerca de 30 anos, a abordagem de Ducrot não é mais a mesma em vários aspectos, principalmente no que se refere à contraposição entre frase e enunciado, bem como ao uso da situação de enunciação para explicar a singularidade do enunciado. Em linhas gerais, Ducrot, em associação com Carel, defende hoje a tese segundo a qual os sentidos das entidades linguísticas se instalam, não quando associamos a elas situações de mundo específicas do tempo/espaço, mas quando associamos discursos a elas. Nos termos de Ducrot (2002, p. 301, tradução nossa), “o sentido de uma entidade linguística é, ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os conjuntos de discursos associados a outras entidades”⁴. Segundo Carel (2012, p. 32), o dizer é uma discursivização. A enunciação é a apresentação de um objeto e ao mesmo tempo a constituição de uma postura discursiva frente a esse objeto. A discursivização comporta esquemas argumentativos com caráter orientador do dizer. Esses são os fundamentos do modelo de abordagem que os dois autores denominaram Teoria dos Blocos Semânticos.

Compartilhamos com Ducrot e Carel da crítica à visão de unicidade espaço-temporal do enunciado, anteriormente concebida em associação com uma referência no tempo/espaço. No entanto, não

⁴ No original: “[...] le sens d’une entité linguistique est soit d’évoquer un ensemble de discours, soit, si elle a une fonction purement combinatoire, de modifier les ensembles de discours associés à d’autres entités.”

vamos desenvolver aqui a Teoria dos Blocos Semânticos. Da nossa parte, a recusa ao uso do conceito de referência nos conduz ao conceito de referencial, e ao mesmo tempo a uma releitura do conceito de história apresentado pelo próprio Ducrot na década de 1980. Essa releitura vem sendo desenvolvida por Guimarães (1995). Portanto, trabalhamos no âmbito de um espaço alternativo em relação à nova orientação ducrotiana do modelo dos blocos semânticos, qual seja, aquele modelo no qual o sentido se constitui na evocação ou modificação de discursos tendo em vista esquemas argumentativos.

4 Enunciação e referencial

Vamos resgatar a formulação de Ducrot, apresentada em 1984, segundo a qual um objeto linguístico adquire o status de acontecimento tendo em vista a sua associação com uma sucessão de fenômenos. Para isso, vamos rediscutir o conceito de “realização”, da forma como o apresentamos acima. A abordagem do enunciado como “algo que foi realizado” conduziu necessariamente à associação do acontecimento às coordenadas de tempo e espaço, às quais lhe destacam um caráter de singularidade. O conceito de “realização situada” envolve a perspectiva de sua datação, de sua apreensão enquanto objeto singular.

Em Dias (2009; 2012), defendemos a tese segundo a qual a enunciação é relativa às condições de “enunciabilidade”, tendo em vista os parâmetros de pertinência social. Ao invés de “realização”, que invoca a ideia do realizado, trabalhamos com as condições de atualização, isto é, as condições que fazem um enunciado ser pertinente na “sucessão dos fenômenos”, a partir de outra perspectiva de se conceber a “sucessão”, em parâmetros de não linearidade, fundada na relação entre uma memória de natureza discursiva e uma atualidade.

Em Dias (2011), desenvolvemos uma análise desse parâmetro de não linearidade a partir do sintagma *enciclopédia livre*, concebido como formação nominal. Mostramos que uma abordagem da enunciação não implica que situemos um uso específico dessa construção nominal,

decorrente do fato de que se fez audível numa data específica, ou exposta graficamente em lugar determinado, pontualmente registrada. Ou seja, não implica em situar uma “realidade” de aparição, embora possamos trazer à análise ocorrências específicas, exemplares de aparecimento para sustentação de uma análise. Por outro lado, podemos partir de uma ocorrência específica de “enciclopédia livre” para desenvolver uma análise enunciativa dessa construção, no entanto, a nossa análise não se restringe ao sentido de *enciclopédia livre* naquela “realização situada”. Nas condições históricas atuais, a Wikipédia⁵, por exemplo, se encarrega de dissipar a concepção situacional da formulação, uma vez que ela se agrega à própria identidade da marca, na condição de um slogan, indicando que a virtualidade da existência da Wikipédia agrega a pertinência da *enciclopédia livre*.

Sendo assim, o sentido de “enciclopédia livre” não é concebido na relação com a particularização da sua realização, mas nas condições históricas de inserção dessa formulação no quadro das enciclopédias que passam a situar historicamente como “não livres” a partir da Wikipédia. Afirmar a liberdade de uma enciclopédia é temporalizar as enciclopédias tradicionais⁶ numa posição histórica como do “outro lado”, isto é, do lado do ultrapassado, é afirmar uma modernidade no campo das enciclopédias, onde estaria a Wikipédia. A ideia dos lados onde se aloca um objeto no tempo, que não é cronológico, se insere numa outra ordem de concepção do fato intelectual, tendo em vista a relação entre sociedade e linguagem. A enunciação desse slogan é um acontecimento porque situa os lados pelos quais se concebem os objetos de atualidade: de um lado, a Wikipédia, de outro, as enciclopédias tradicionais. Na enunciação de “enciclopédia livre”, exploram-se as virtualidades daquilo que se pode localizar, balizar, aproximar, afastar, de acordo com determinados referenciais. Sendo assim, as enciclopédias tradicionais recebem um lugar configurado como de não liberdade, balizado pela enunciação da Wikipédia. Esse referencial

⁵ A Wikipédia é uma conhecida enciclopédia no espaço web. Além de manter o seu conteúdo exclusivamente digital, a consulta é gratuita e os verbetes são abertos à elaboração de determinados usuários cadastrados no seu sistema de gerenciamento. O seu slogan é “A enciclopédia livre”, que aparece sempre associado a sua marca comercial.

⁶ Dentre as chamadas enciclopédias tradicionais, podemos citar a *Barsa*, a *Delta Larousse*, a *Britannica*, que até pouco tempo eram comercializadas somente em formato impresso.

do negativo afasta as enciclopédias tradicionais de um parâmetro de atualidade, mesmo estando elas em relação de contemporaneidade com a Wikipédia. Portanto, a enunciação invoca uma temporalização e não o contrário (GUIMARÃES, 2005), ou seja, a enunciação não está presa na temporalidade de uma “realização” do enunciado; antes, está determinada na virtualidade⁷ do seu referencial de liberdade.

Em Dias (2013a; 2013b), desenvolvemos o conceito de *referencial* sob inspiração em Foucault (1969)⁸. Na sua perspectiva, o enunciado é aquilo que faz com que um determinado grupo de unidades adquira existência, permitindo que as regras e as formas que configuram essas unidades em língua se atualizem (FOUCAULT, 1969, p. 116). O enunciado autoriza relações singulares e irrepetíveis na sua atualização, e é nessa atualização que se realizam as referências. Assim, ele não mantém relação direta com a *referência*, que se situa no plano da atualidade, mas com a instância dos *referenciais*. Foucault constrói o conceito de referencial a partir da tese segundo a qual o enunciado coloca em jogo um espaço de correlações, tendo em vista aquilo de que fala (seu tema). Nos seus termos, “um enunciado - qualquer que seja e por mais simples que o imaginemos - não tem como correlato um indivíduo ou objeto singular”⁹ (FOUCAULT, 1969, p. 119-120, tradução nossa). O enunciado se correlaciona com um conjunto de domínios em que indivíduos e objetos podem aparecer, defende Foucault. Esse domínio de objetos constitui o *referencial* do enunciado, o qual é concebido por ele como “a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”¹⁰ (FOUCAULT, 1969, p. 120-121, tradução nossa).

⁷ Em Dias (2009), abordamos a relação entre “virtual” e “atual”, concebida por Deleuze (1969), em contraposição ao par relacional “possível” e “real”. Acompanhando Deleuze, apresentamos a perspectiva segundo a qual o par virtual/atual é mais adequado para a configuração do conceito de acontecimento.

⁸ Utilizamos o termo “inspiração” e não “fundamentação”, haja visto que fomos apenas estimulados pela forma contundente com que Foucault distingue “referente” de “referencial”. Abordamos esse conceito de maneira mais específica, a partir da análise de construções de uma língua, algo que está distante da postura do pensador francês, que formula apenas os traços gerais da concepção de referencial, no âmbito de uma reflexão filosófica da enunciação.

⁹ No original: “Un énoncé que qu’il soit, et aussi simple qu’on l’imagine, n’a pas pour correlat un individu ou objet singulier qui serait désigné par tel mot de la phrase”.

¹⁰ No original: “l’instance de différenciation des individus ou des objets, des états de choses et des relations qui sont mises en jeu par l’énoncé lui-même”.

Passemos pois a explorar com mais detalhes a concepção de referencial. Com ela pretendemos aprofundar a ideia de acontecimento, com uma nova abordagem da “sucessão”.

5 Um enunciado singelo: releitura

Gostaríamos de retomar o cenário que vislumbramos anteriormente neste estudo, quando tratávamos do conceito de “realização”. Nele, a construção linguística portuguesa “Pedro quebrou a porta” foi concebida como enunciado visto ter se inserido na “sucessão de fenômenos”, em pelo menos duas supostas cenas, em relação às quais o enunciado poderia se assentar, em situação de anterioridade, e apontar, em situação de posterioridade. Vamos reproduzi-las a seguir, no sentido de imprimir um olhar mais detalhado ao conceito de “realização” e de “sucessão”:

- a) Situações de pressa perturbam Pedro.
- b) As entradas desta residência estão frágeis.

Na relação com “Pedro quebrou a porta”, podemos conceber nelas traços de causalidade, indicando anterioridade. No entanto, é legítimo indagar se essa causalidade seria constitutiva de uma sucessão dos fenômenos “perturbação com situações de pressa” e “vulnerabilidade da residência”, de um lado, e “quebra da porta por Pedro”, de outro. Vamos responder negativamente a essa indagação.

A história dos estudos semânticos sempre registra tentativas de estabelecimento de causalidades rígidas, como os pressupostos de existência. Tomando como parâmetro o enunciado “Pedro quebrou a porta”, poderíamos vislumbrar algo como:

- a2) Há pelo menos um indivíduo desse mundo que pode exercer a ação de quebrar algo.
- b2) Em um mundo X, há no mínimo uma residência na qual há pelo menos uma porta.

Essas são duas amostras de possibilidades nessa ordem de causalidade rígida para o enunciado em pauta. Experiências como essas sempre se mostraram frágeis, por diversas razões¹¹. Elas não demonstram capacidade explicativa na compreensão do funcionamento efetivo das línguas. Seria algo paralelo a definir futebol como 22 indivíduos correndo atrás de uma bola. Efetivamente, num jogo de futebol, pessoas nesse número correram atrás de uma bola, mas não é isso que constitui o futebol e isso contribui para explicar o interesse desse esporte para multidões. O conceito de pressuposição desenvolvido por Ducrot, entre outros, abrigaria na verdade uma anterioridade com relativa independência em relação ao posto em dado enunciado. No entanto, a pressuposição é de alguma forma atribuída por meio do significado de alguns termos, como o verbo “parar”, no consagrado exemplo “Pedro parou de fumar”, em que o pressuposto “Pedro fumava antes” foi auferido por uma especificidade semântica daquele verbo.

Vamos avançar na resposta negativa à indagação sobre a anterioridade necessária de (a) e (b), ampliando a indagação, no sentido de perguntar se (a1) e (b1) seriam constitutivamente representativos de uma situação de posterioridade necessária em relação a “Pedro quebrou a porta”, como supúnhamos na primeira análise do enunciado. Tudo indica que a resposta também é negativa, tendo em conta a plausibilidade das cenas de (i) a (iv), a seguir:

(i)

A. Situações de pressa perturbam Pedro.

B. Ele quebrou a porta.

C. Então, ele se irrita facilmente.

(ii)

A. Pedro se irrita facilmente.

B. Ele quebrou a porta.

C. Então, situações de pressa o perturbam.

¹¹ Para uma amostra daquelas experiências, veja Katz (1972), e para uma análise dessas fragilidades, veja Baldini (2011).

(iii)

A. As entradas desta residência estão frágeis.

B. Pedro quebrou a porta.

C. Então, a segurança aqui está deficiente.

(iv)

A. A segurança nesta residência está deficiente.

B. Pedro quebrou a porta.

C. Então, as entradas desta residência estão frágeis.

Defendemos a tese segundo a qual o enunciado “Pedro quebrou a porta” (B) assume o caráter de acontecimento na medida em que contrai relação com um determinado referencial. Nas cenas, temos um referencial que produz as condições para a pertinência de B como razão ou prova para A e suporte para C. Vejamos como isso acontece em cada uma delas:

(i)

Referencial da pressa produz as condições para a pertinência de B como razão para A e suporte para C.

(ii)

Referencial da irritação produz as condições para a pertinência de B como prova para A e suporte para C.

(iii)

Referencial da vulnerabilidade produz as condições para a pertinência de B como razão de A e suporte para C.

(iv)

Referencial da segurança produz as condições para a pertinência de B como prova de A e suporte para C.

As cenas nos indicam que os enunciados A e C são passíveis de

representar situações tanto de anterioridade como de posterioridade. A causalidade é submetida às condições do acontecimento enunciativo, isto é, ela é atribuída pela “presentificação” do enunciado B no espaço de enunciação. Sendo assim, a anterioridade e a posterioridade são constituídas na trama do espaço de enunciação. Queremos dizer que, não sendo constituídos como propriedades, as quais poderiam fixar a anterioridade e a posterioridade na relação de sucessão, é nos espaços de enunciação que os enunciados adquirem pertinência uns em relação aos outros, tendo em vista um referencial.

Mostramos as formas de entrada do enunciado “Pedro quebrou a janela” em variados espaços de enunciação, que são espaços de pertinência. E é dessa maneira que ele se constitui como acontecimento.

6 Acontecimento enunciativo e significação

O enunciado adquire sentido nas relações com outros enunciados, balizado pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação. Na medida em que concebemos os espaços de enunciação como espaços de pertinência, cabe aqui uma reflexão sobre o conceito de pertinência.

Esse conceito é relativo à agregação de um enunciado no espaço de enunciação, submetido a um referencial, e não tem relação com a qualidade da relação do enunciado nesse espaço. Os dicionários registram um dos significados de pertinência como relevância ou apropriação a uma finalidade. Não é esse o significado que estamos desenvolvendo. Vejamos mais uma cena de constituição de um espaço de enunciação, no sentido de elucidar melhor essa diferença.

Em uma discussão relativa à reforma de residência, os moradores discutem a questão. Carlos diz: “a economia do País não vai bem”. A reação de Sandra se dá com o enunciado: “Isso que você disse não é pertinente nesse momento”, diferentemente da reação de Marlene: “Muito pertinente a sua observação”. Em ambos os casos, houve uma agregação dos enunciados de Sandra e de Marlene ao espaço de enunciação. O enunciado “Isso que você disse não é pertinente nesse momento” demonstra uma reação desenvolvida a partir de uma tomada

de posição sobre o enunciado “A economia do País não vai bem”. Na condição de tomada de posição, o enunciado contrai pertinência ao espaço de enunciação. Ele pode ser julgado como não pertinente, no sentido de não apropriado, mas isso não retira o seu caráter atributivo, isto é, o fato de que ele adquire lugar no espaço de enunciação em função de outros dizeres. Assim, ele contém uma leitura de outros enunciados, tanto aqueles do círculo restrito da cena, quanto aqueles do domínio referencial que engloba o espaço de enunciação com um todo. Há uma “presentificação” dos dizeres que circularam em outros lugares do espaço de enunciação, e o enunciado de Carlos passa por eles. Esses dizeres podem ser formulados como “A crise econômica pode trazer desemprego e queda de renda, dificultando o andamento da reforma do apartamento”. Por isso, ele é pertinente nesse espaço. A “presentificação” é algo da atualidade na relação com a memória.

A significação envolve um dizer no espaço de enunciação, e é um dizer que recorta uma temporalidade (GUIMARÃES, 2005) e “presentifica” o sentido, mesmo que seja um dizer que narre o passado, uma vez que estaria produzindo um compromisso de leitura assentado no espaço de enunciação constituído nesse recorte. O conceito de leitura aqui é mais amplo do que aquele que se sobressai da esfera da escrita. Estamos nos referindo ao fato de que o dizer produz um compromisso de aderência com esse espaço de enunciação, com os seus vieses atributivos na relação com os referenciais, com suas direções argumentativas.

Portanto, a significação é relativa ao campo da virtualidade memorável dos seus termos com as condições de atualização, tendo em vista o referencial que a ele se agrega. Nas cenas em que a quebra de uma porta por Pedro estava sendo avaliada na relação com os referenciais, estavam em causa os termos Pedro, quebrou e porta, que, articulados sintaticamente, constituíam um campo de significados tendo em vista a virtualidade dos recortes de memória pelos quais eles passaram nessa composição sintática e em outras na língua portuguesa. Como falantes do português, somos instados a participar desse campo de virtualidade quando entramos no espaço de enunciação com esse enunciado. Estando imerso em um espaço de enunciação, a enunciação dessa

construção adquire o caráter de acontecimento na relação entre esse campo de virtualidade memorável e determinado referencial que baliza as condições de atualização da construção, constituindo o enunciado. Portanto, o enunciado é um acontecimento na medida em que um campo de virtualidade, balizado sócio-historicamente, entra em um espaço de enunciação, balizado por um referencial, que também se constitui na relação entre linguagem e sociedade. Temos assim um acontecimento enunciativo, isto é, um acontecimento da produção do enunciado, da produção do sentido, enfim.

Assim, na medida em que um enunciado contrai pertinência em espaço de enunciação, ele está afetado pelos recortes de pertinência do sentido configurados na história. Dessa maneira, dizemos que o enunciado é um acontecimento histórico do dizer (GUIMARÃES, 1995). Diferentemente do conceito de história da forma como ele aparece em Ducrot na década de 1980, aqui está associado ao balizamento da significação do enunciado, e não à sua individualização.

A pertinência do enunciado no espaço de enunciação, concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente pelos referenciais, movimenta as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal. Concebido dessa maneira, não há que se postular o conceito de frase, da maneira como ela foi alocada no modelo de análise da enunciação daquele período por Ducrot (1984). As formações articulatórias sustentam materialmente a memória da língua e ao mesmo tempo a memória das significações dos seus termos, isto é, das unidades que integram essas formações, conforme demonstramos em Dias (2015a; 2015b).

7 Considerações finais

Nessa direção, acreditamos que, dentre as três acepções de *realização* apresentadas inicialmente na primeira parte deste estudo, somente nas duas primeiras caberia efetivamente o termo “realização”. Se observarmos mais detidamente o plano da arquitetura e urbanismo, que concebemos como um paralelo didático na explicação do suposto

terceiro conceito de *realização*, veremos que a constituição da identidade de um edifício nesse plano não mantém adequadamente conexão com a ideia de realização. Também em relação ao plano da arquitetura e urbanismo, os objetos de construção são concebidos em um campo de identidades de caráter sócio-histórico, e não meramente estrutural (realização da obra) ou curricular (exposição de resultado), em cujos planos o conceito de realização se aplica adequadamente.

Esperamos ter mostrado os fundamentos de uma leitura contemporânea daquilo que Ducrot concebeu como acontecimento enunciativo na década de 1980. Naquele momento, o conceito de acontecimento estava assentado na ideia de que um enunciado adquire singularidade na relação com um estado de coisas que o precede e um outro que o sucede. No presente estudo, nos esforçamos para mostrar que o conceito de “estado de coisas” não é consistente. No entanto, não precisamos abrir mão da ideia de que a enunciação participa de uma sucessão. No entanto, essa sucessão não é concebida na perspectiva de uma linearidade. Na perspectiva com a qual trabalhamos, a sucessão indica que o enunciado participa de um horizonte de intervenção num campo de enunciados que o antecedem e que o sucedem, mas esse campo produz recortes de temporalidade, afetado por uma “presentificação” dos enunciados pela força do referencial que ali se constitui.

Dessa maneira, o foco de uma semântica da enunciação não é a realização de um enunciado, mas as condições de sua atualização. Isso envolve a formulação dos referenciais que balizam a atribuição de pertinências e a força sócio-histórica que produz determinações nessas relações de pertinência com outros enunciados em determinado campo de enunciação.

REFERÊNCIAS

BALDINI, L. Frege e Russel: a questão do pressuposto. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 27/28, p. 11-26, 2011.

CAREL, M. Introduction. In:_____. (dir.) **Argumentation et polyphonie - De saint Augustin à Robbe-Grillet**. Paris: L'Harmattan, p. 7-52, 2012.

DIAS, L.F. Enunciação e regularidade sintática. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), Campinas, v. 51, p. 7-30, 2009.

DIAS, L.F. Os sentidos da liberdade no mundo wiki. in: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (Orgs.). **Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2011. p. 272-287.

DIAS, L.F. Memória, enunciação e lugares sintáticos. In: LEFFA, V. J. ; ERNST, A. (orgs.). **Linguagens; metodologias de ensino e pesquisa**. Pelotas: EDUCAT, 2012. p. 27-42.

DIAS, L.F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22. jan./jun. 2013a.

DIAS, L.F. A linguagem cidadã em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN et. al. (Org.) **Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história**. Campinas: RG, 2013b, 211-222.

DIAS, L.F. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B. S. ; MOREIRA, C. B. (Org.) **O indizível, o ininteligível e o imperceptível**. Niterói: UFF, 2015a. (no prelo)

DIAS, L.F. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. In: **Polifonia**, Cuiabá, v. 22, n. 31, jan-jul, 2015b. (no prelo)

DELEUZE, G. **Logique du sens**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

DUCROT, O. Enunciação. in: **Enciclopédia Einaudi**. vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 368-393, 1984.

DUCROT, O. Les internalisateurs. in: ANDERSEN, H. L. ; NOLKE, H. **Macro-syntaxe et macro-sémantique**. Berne: Peter Lang, 2002. p. 301-322.

FERREIRA, A. C. F. Um percurso pela história da semântica da enunciação. **Web Revista Discussividade**, Campo Grande, n. 9, p. 1-26, 2012.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

KATZ, J. J. The scope of semantics. In: _____. **Semantic theory**. New York: Harper & Row, 1972, p. 1-10. Trad. bras.: KATZ, J. J. O escopo da semântica. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da lingüística**. v. 3. Campinas: Editora do autor, 1982, p. 43-61.

Recebido em abril de 2015.

Aceito em maio de 2015.

SOBRE O AUTOR

Luiz Francisco Dias é professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui o título de doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desenvolve pesquisas em semântica e em história das ideias linguísticas. No âmbito da UFMG, foi Diretor da Faculdade de Letras, membro do Conselho Universitário e do Conselho Curador. Foi também Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. Exerceu o cargo de Secretário Executivo da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e foi membro titular do Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). É membro titular do Conselho Editorial da Editora da UNICAMP. Orientou 17 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado. Publicou cerca de 60 textos, entre artigos em periódicos, livros e capítulos de livros. É autor da obra *Os sentidos do idioma nacional*, publicado em 1995 pela Editora Pontes. E-mail: ldias@ufmg.br